

## NOTA TÉCNICA

# Reforma do Imposto de Renda precisa de viabilidade fiscal

Data de Publicação: 02/2025 Projeto: PL 1087/2025 Autor: Poder Executivo

O Livres não interfere na estratégia política de líderes certificados. A Nota Técnica analisa projetos em tramitação sob o prisma de valores liberais e das boas práticas de política pública.

## ANÁLISE PRELIMINAR

O [Projeto de Lei 1087/2025](#), apresentado pelo Poder Executivo, propõe a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para rendimentos mensais de até R\$ 5 mil. A medida prevê ainda a criação de uma nova alíquota marginal para rendimentos acima de R\$ 50 mil mensais, com o objetivo de compensar parcialmente a renúncia de arrecadação decorrente da nova faixa de isenção.

O Livres reconhece o mérito da proposta na busca por maior justiça tributária. Um sistema fiscal mais justo deve ser **progressivo** — cobrando proporcionalmente mais de quem ganha mais — e **horizontal** — tratando de forma igual contribuintes com rendas equivalentes, independentemente da origem do rendimento.

Entretanto, ampliar a faixa de isenção para R\$ 5 mil pode reduzir o alcance do princípio de cidadania fiscal. Com a nova tabela, cerca de 88% dos contribuintes já estariam isentos. Apesar do apelo popular, **diminuir a transparência** sobre o financiamento do Estado reduziria o incentivo para a

Apesar disso, é **necessário avaliar os impactos** fiscais, macroeconômicos e distributivos da proposta, especialmente diante do cenário atual de fragilidade fiscal e crescimento da dívida pública. O projeto precisa de fundamentos técnicos sólidos, como parte de uma reestruturação maior do sistema tributário nacional.

## DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

A proposta de uma alíquota mínima sobre rendimentos mensais acima de R\$ 50 mil representa um avanço no sentido de tornar o sistema mais progressivo e **combater a desigualdade de renda**. Pessoas com alta capacidade contributiva devem arcar com uma parcela maior do esforço fiscal.

cobrança social por resultados do setor público.

Na direção oposta, a maior parte dos países com níveis de renda similares ao Brasil mantém faixas de isenção compatíveis com a proporção do PIB per capita. Substituir a isenção por alíquotas simbólicas ajudaria a reforçar

o vínculo entre espírito cívico e financiamento do Estado, sem comprometer o caráter redistributivo do sistema.

## DINÂMICA DA DÍVIDA

Além disso, é essencial que a progressividade da tabela seja preservada, a partir de um amplo debate que inclua a reavaliação dos regimes especiais, como deduções em saúde e isenções para rendimentos de capital. A proposta surge em momento de crescente preocupação com a trajetória fiscal do país. Em 2024, a Dívida Pública Federal (DPF) foi de R\$ 7,316 trilhões, enquanto a dívida bruta do governo geral (DBGG) alcançou 77% do PIB.

As projeções indicam tendência de alta, pressionando o governo a buscar receitas adicionais. Nesse contexto, a ampliação da faixa de isenção do IRPF pode representar um risco adicional à consolidação fiscal, especialmente se a compensação prevista para os rendimentos mais altos não for aprovada ou se mostrar insuficiente.

Como alternativa, o Congresso pode considerar a criação de **mecanismos de condicionamento fiscal**, como um gatilho para a implementação da nova tabela apenas após a obtenção de um superávit primário mínimo ou da estabilização da dívida bruta.

Reformas estruturais na arrecadação devem estar condicionadas à existência de espaço fiscal, sob risco de gerar desequilíbrios duradouros, perda de credibilidade na condução da política econômica e aumento da inflação, que penalizam os mais pobres.

## EQUILÍBRIO NA OFERTA E DEMANDA

Embora o governo alegue que a proposta é fiscalmente neutra, ela pode estimular a demanda agregada, transferindo renda de grupos poupadores para aqueles que consomem mais. Isso ocorre porque os contribuintes que serão beneficiados com a isenção (faixas de até R\$ 5 mil e R\$ 7 mil mensais) tendem a gastar a maior parte da sua renda, ao contrário das faixas mais altas, que possuem maior propensão à poupança.

Isso pode aumentar a pressão inflacionária, exigindo uma resposta do Banco Central, afetando a dívida pública e o financiamento da economia. Em um cenário de alta ociosidade, o impacto seria positivo. No entanto, no contexto atual, o risco inflacionário e a deterioração fiscal tornam a medida mais delicada.

## RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

- 1. Condicionalidade fiscal:** definir metas fiscais claras para a ampliação da isenção.
- 1. Preservação da progressividade:** é importante evitar a isenção total de uma base ampla de contribuintes, substituindo a proposta por uma alíquota simbólica, para fortalecer o pacto social.
- 2. Compensações sustentáveis:** a compensação pela isenção deve ser aprovada conjuntamente e baseada em fontes de receita seguras e permanentes.
- 3. Reforma integrada da renda:** o projeto deve ser visto como parte de um processo mais amplo de reestruturação da tributação da renda, incluindo revisão de regimes especiais e ampliação da base contributiva.

4. **Coerência com responsabilidade fiscal:**  
evitar perda de arrecadação sem ajustes estruturais nas despesas públicas.

## AUTORIA

**Rafael Moredo**

Coordenador de Políticas Públicas do Livres

**Matheus Rocha**

Analista de Relações Governamentais do Livres

**Samuel Pessôa**

Doutor em Economia e Conselheiro do Livres